

**RAC PARTICIPAÇÕES S/A**  
**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária**  
**CNPJ/MF 32.857.731/0001-44 NIRE 41300301549**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 02 de maio de 2023, às 14h00m, de forma semipresencial na Avenida Prefeito Erasto Gaertner, 819, Bairro Bacacheri, CEP 82.515-000, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: 1. o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; 2. a cópia das demonstrações financeiras; 3. o parecer dos auditores independentes. Fica facultado aos acionistas comparecer à assembleia presencialmente ou à distância. A participação remota ocorrerá via sistema eletrônico mediante acesso a link oportunamente enviado pela administração aos e-mails cadastrados na companhia, caso os acionistas que optarem pela participação à distância informem a sua escolha à administração até 3 (três) dias antes da assembleia, para que a sociedade possa tomar as providências técnicas necessárias à respectiva gravação. A participação e votação será igual para os acionistas presentes presencialmente ou mediante atuação remota. O acionista que pretender participar representado por procurador deverá apresentar à administração da companhia cópia da procuração com poderes específicos para tanto, outorgada a acionista da companhia, administrador da companhia ou advogado há menos de 1 (um) ano com relação à data de realização da assembleia, pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário de abertura dos trabalhos. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Curitiba, 28 de abril de 2023.  
RICARDO LUIZ CANSIAN - Diretor Presidente

**CORITIBA FUTEBOL S.A.**  
**CNPJ nº 05.259.918/0001-73 NIRE: 41300020345**  
**Edital de Convocação**

Convocamos o Senhor Acionista para comparecer na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede da Sociedade, situada na Rua Ubaldino do Amaral, nº 63, Alto da Glória, Curitiba, Estado do Paraná, às 18 horas do dia 28 de abril de 2023, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e votação do Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) Destinação do resultado do exercício; c) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Curitiba, 28 de março de 2023.  
Juarez Moraes e Silva - Diretor Presidente

**DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A**

CNPJ/MF nº 03.303.999/0001-36 - Companhia Aberta

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o Artigo nº. 133 da Lei nº. 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Quatro Barras/PR, 29 de março de 2023.  
Leonardo Petrelli Neto - Presidente do Conselho de Administração.

# Faça suas publicações legais no DI&C.

## A transparência é total e a cobertura é perfeita.

Um jornal com a tradição de 46 anos de circulação, é muito mais adequado para suas publicações legais. **Atas, editais, balanços, seja o material que for, você pode contar com a agilidade e a frequência de nossas páginas.**

- TRADIÇÃO NA PUBLICIDADE LEGAL
- CLASSE EMPRESARIAL E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O DI&C
- 46 ANOS DE CREDIBILIDADE EDITORIAL
- EDIÇÕES IMPRESSAS DE 2ª À 6ª FEIRA
- PORTAL DE PUBLICAÇÕES NO SITE [www.diarioinduscom.com.br](http://www.diarioinduscom.com.br)

**ENTRE EM CONTATO**

**(41) 3333-9800 ou E-MAIL [publegal@induscom.com.br](mailto:publegal@induscom.com.br)**

**DIÁRIO INDÚSTRIA&COMÉRCIO**



**As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 30/03/2023**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/05C9-FC4C-1F3E-465E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 05C9-FC4C-1F3E-465E



### Hash do Documento

92C1743E09D72D824EC054E636F7C1F0795E6390C62B2709586E3EB2152272DD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 30/03/2023 09:33 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30





# BANCO BARI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S.A.

CNPJ: 00.556.603/0001-74 - Avenida Sete de Setembro, 4781 Conj. 02 - Água Verde - Curitiba/PR Telefone: (41) 4007-2888

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas,  
**Visão Corporativa**  
A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo o relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O Banco é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis.

**Iniciativas Inovadoras**  
O Banco Bari está envolvido na introdução de novas ferramentas em sua operacionalidade, atendendo inclusive programas instituídos pelo Banco Central do Brasil, como o PIX e o Open Finance. O primeiro vem trazendo, paulatinamente, instrumentos transformadores, com forte adesão de clientes às práticas decorrentes que vem sendo implementadas, representando uma revolução na forma de relacionamento financeiro entre credor versus devedor. Sobre o segundo, está fixado pelo Bacen um calendário de implantação de cada fase projetada, e estamos cumprindo os prazos indicados e, em futuro breve, poderá trazer ganhos para a clientela, em resposta ao compartilhamento de dados bancários entre instituições financeiras.

Vale destacar que recebemos o prêmio da "IDWALL", empresa premiada internacionalmente e referência no ramo de segurança da área digital, em razão da melhor experiência aqui implantada em onboarding (procedimentos para abertura de conta) entre todos os bancos do Brasil.

Outros aperfeiçoamentos com o concurso da área digital foram introduzidos, a saber:

- Assinatura digital nos novos empréstimos em contratos derivados de linha de Crédito;
  - Débito automático em conta corrente Bari para parcelas de operações de crédito imobiliário; e
  - Visualização de parcelas e de saldo devedor no aplicativo
- Área Administrativa**  
Ratificamos nosso propósito de levar transparência de nossas atividades ao quadro funcional, por intermédio das seguintes iniciativas: A) programa denominado "Bari News", apresentado pela Diretoria, em que a performance de todas as áreas são passadas em revista regularmente, por via remota, com divulgação de números alcançados nas operações próprias e projeções futuras; e B) Reuniões informativas periódicas sobre novos produtos, melhorias e novidades no nosso app e plataformas digitais, em que parcela relevante do funcionalismo vem marcando presença.
- Diversos outros programas nesta linha foram desenvolvidos, dos quais selecionamos os seguintes:
- Ações voltadas para Cuidado com a Saúde Mental (principalmente no trimestre da saúde: Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul);
  - Mentorias com as lideranças, capacitando colaboradores a exercerem cargos de chefia; e
  - Programa de Avaliação de Desempenho seguido de Plano de Desenvolvimento Individual;
  - Lançamento do novo "chatbot" (inteligência artificial) para melhor experiência e agilidade no atendimento de demandas de clientes.
- Destacques Operacionais**  
Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparado com o obtido em 31 de dezembro de 2021:

	2022	2021
a) Patrimônio Líquido:	143.475	136.500
b) Ativos de crédito:	801.296	631.469
c) Captação:	914.900	754.426
d) Índice de Basileia:	12,62	15,03
e) Lucro (prejuízo) do exercício:	(11.314)	10.526

O resultado auferido, consoante item "e" supra, decorreu, em grande parte, dos custos incorridos com a implantação do banco digital e divulgação do produto ao mercado (marketing), valendo dizer que tais dispêndios, a par de terem alcançado benefícios a várias áreas operacionais do Conglomerado, estenderá suas vantagens para exercícios futuros sem gerar novos acréscimos significativos de despesas. A esse respeito, realçamos que parcela representativa das operações no Consignado é realizada via digital e representará 100% em 2023.

O crescimento da carteira de crédito, de aproximadamente 27%, decorreu, de forma significativa, da nova esteira de contratação de operações, em que houve redução importante do tempo médio de análise a ser empreendida.

As captações também experimentaram incremento superior a 20%, sendo realizadas em volume expressivo por via app, o que trouxe agilidade e comodidade aos nossos correntistas. Um novo produto foi lançado representado por LCI com renda mensal, obtendo aceitação junto aos investidores.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, conforme consta em cláusula do estatuto social. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme a política de distribuição de dividendos o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. Os dividendos não obrigatórios são destinados através de ata da assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por ata da próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio estão na nota explicativa 19.c.

**Governança Corporativa**  
O Banco Bari atende aos princípios básicos de Governança Corporativa, com reuniões regulares do seu Conselho de Administração, e cumprindo uma rotina semanal de reuniões de sua Diretoria, a revelar responsabilidade na condução dos seus negócios. Dispõe de um Código de Ética e Conduta, de Canal de Denúncias, ações internas de sensibilização e disseminação da inclusão, com vistas a respeitar a diversidade e outros instrumentos de transparência de gestão, em total sintonia com os preceitos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

**Gestão Contínua e Integrado de Riscos e de Capital**  
Em consonância com as prescrições da Resolução CMN 4.557, de 2017, instituímos setores voltados ao controle dos diversos riscos previstos no citado normativo, representados por risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco socioambiental, risco de gerenciamento de capital, entre outros. Elaboramos uma Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e contamos com um Diretor investido como responsável pelo assunto (CRO). Testes de estresse são realizados anualmente, de forma a prevenir eventos com severidade que possam derivar de cenários pouco comuns. Tais providências são conjugadas com medidas relativas a controles internos, igualmente estabelecidas na regulamentação.

**Agradecimentos**  
Considerando o exposto, a Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, a demonstrar, após três anos de desafios conjunturais, e com impactos diversos que atingiram ao mercado financeiro como um todo, que realizamos progressos substanciais na gestão dos nossos negócios e o cenário está apontando para um futuro promissor.

Curitiba (PR), 29 de março de 2023.  
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro  
Diretor Presidente

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		<b>332.772</b>	<b>271.817</b>	<b>Circulante</b>		<b>409.715</b>	<b>297.512</b>
Disponibilidades	4	3.553	1.261	Depósitos e demais instrumentos financeiros		361.245	247.457
Instrumentos financeiros		300.534	240.059	Depósitos		202.693	177.052
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		129.828	104.141	Depósitos à vista	11.a	18.828	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	109.972	79.977	Depósitos a prazo	11.a	183.679	162.575
Carteira própria	5.a	19.540	2.425	Outros depósitos	11.a	186	14.477
Vinculados a compromisso de recompra	5.b	-	1.292	Obrigações por operações compromissadas	11.b	-	1.291
Vinculados a garantia de operações	5.b	316	21.327	Carteira própria		-	1.291
Operações de crédito	6	170.706	135.918	Recursos de aceites de emissão de títulos	11.c	158.552	64.639
Operações de crédito - setor privado		186.744	143.611	Recursos de aceites cambiais		2.880	2.603
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(16.038)	(7.693)	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		155.672	62.036
Outros ativos financeiros	7	25.903	29.352	Instrumentos financeiros derivativos	5.d	-	4.475
Outros ativos financeiros		26.008	29.608	Instrumentos financeiros derivativos		-	4.475
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(105)	(256)	Relações interfinanceiras	12	19.259	19.164
Outros ativos	8	2.782	1.145	Transações de pagamento		19.259	19.164
Outros ativos		2.782	1.145	Outras obrigações		29.211	30.891
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		-	-	Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes		458	515
Não circulante		777.087	675.343	Sociais e estatutárias	13	37	5.360
Realizável a longo prazo		676.666	554.989	Fiscais e previdenciárias	14	716	980
Instrumentos financeiros		630.431	528.045	Diversas	15	28.000	24.035
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		25.196	43.665	Não Circulante		556.669	513.148
Carteira própria	5.a	18.861	42.452	Exigível a longo prazo		556.669	513.148
Vinculados a garantia de operações	5.c	793	281	Depósitos e demais instrumentos financeiros		553.655	511.444
Instrumentos financeiros derivativos	5.d	5.542	932	Depósitos	11.a	285.337	389.016
Operações de crédito	6	605.235	484.380	Depósitos a prazo		285.337	389.016
Operações de crédito - setor privado		614.552	487.858	Recursos de aceite de emissão de títulos	11.c	268.318	122.428
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(9.317)	(3.478)	Recursos de aceites cambiais		-	2.561
Créditos tributários	22	43.049	25.734	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		268.318	119.867
Outros ativos financeiros	7	818	710	Outras obrigações		3.014	1.704
Outros ativos financeiros		1.231	1.037	Fiscais e previdenciárias	14	2.494	1.469
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(413)	(327)	Diversas	15	520	234
Outros ativos	8	2.368	500	Patrimônio Líquido	17	143.475	136.500
Outros ativos		3.118	1.250	Capital	17.a	100.000	82.000
Provisão para redução ao valor recuperável		(750)	(750)	De domiciliados no país		100.000	82.000
Permanente		100.421	120.354	Reservas de lucros		43.703	55.017
Investimentos	9	69.041	92.209	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		(228)	(517)
Investimentos em participações em coligadas e controladas		69.038	92.206	Total do Passivo		1.109.859	947.160
Outros investimentos		3	3				
Imobilizado de uso		1.657	2.089				
Outras imobilizações de uso		3.372	3.549				
Depreciações acumuladas		(1.715)	(1.460)				
Intangível	10	29.723	26.056				
Ativos intangíveis		50.003	35.069				
Amortização acumulada		(20.280)	(9.013)				
Total do ativo		1.109.859	947.160				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária / Especial			
	50.000		4.723	65.664	54	-	120.441
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2021</b>							
Aumento de capital	17	32.000	-	(21.869)	-	-	10.131
Aumento de capital homologado		(32.000)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(571)	(571)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.526	10.526
Destinações:							
Constituição de reserva		-	666	5.833	-	(6.499)	-
Juros sobre capital próprio	17	-	-	-	-	(2.799)	(2.799)
Dividendos	17	-	-	-	-	(1.228)	(1.228)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		82.000	5.389	49.628	(517)	-	136.500
<b>Mutações do exercício</b>		32.000	-	666	(571)	-	16.059
<b>Saldos em 1 de julho de 2022</b>		82.000	4.800	5.389	(491)	-	134.215
Aumento de capital	17	13.200	-	-	-	-	13.200
Aumento de capital homologado	17	(18.000)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	263	263	-
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	-	(4.203)	(4.203)
Destinações:							
Constituição de reserva		-	-	(4.203)	-	4.203	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		100.000	5.389	38.314	(228)	-	143.475
<b>Mutações do semestre</b>		18.000	(4.800)	-	263	-	9.260
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2022</b>		82.000	5.389	49.628	(517)	-	136.500
Aumento de capital	17	18.000	-	-	-	-	18.000
Aumento de capital homologado	17	(18.000)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	289	289	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(11.314)	(11.314)
Destinações:							
Constituição de reserva		-	-	(11.314)	-	11.314	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		100.000	5.389	38.314	(228)	-	143.475
<b>Mutações do exercício</b>		18.000	-	(11.314)	289	-	6.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional**  
O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas e em sem garantias de bens, cartão de crédito e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

**2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras individuais**  
**a. Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais**  
As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, adaptadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.967, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. O Banco aguarda um detalhamento maior por parte do regulador com as alterações necessárias para sua implementação e assim concluir a avaliação dos impactos da sua adoção.

O projeto de implementação do normativo sob lixe foi estruturado em várias etapas, algumas das quais já foram concluídas, outras estão em andamento e também há fases a serem iniciadas:

- Etapas já concluídas:
  - 1) Mapeamento das Áreas envolvidas;
  - 2) Identificação dos processos impactados;
  - 3) Reunião com os provedores de software;
  - 4) Entrega e aprovação do plano de implementação junto ao Conselho de Administração.
- Etapas em andamento:
  - 1) Acompanhamento de reuniões sobre este normativo junto a entidade de classe (ABBC) e ao Bacen;
  - 2) Follow up dos trabalhos junto aos provedores de software.
- Etapas que serão iniciadas:
  - 1) Homologação dos softwares;
  - 2) Parametrização dos softwares;

**3) Apresentação do estudo de impacto nas Demonstrações Financeiras;**  
A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, essa Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. Foi realizada avaliação e análise por parte do Banco, cujo resultado demonstrou que não há impactos e procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. Esse normativo não tem impacto no Banco Bari.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras individuais no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais do Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios/semestres.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 27 de março de 2023.

**b. Uso de estimativas e julgamentos**  
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.g e 6.b - critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito.

**c. Moeda funcional**  
As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

**3 Principais práticas contábeis**  
As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras individuais são:

**a. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles re-

curtos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**b. Apreciação do resultado**  
O regime contábil de apreciação do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

**c. Instrumentos financeiros**  
Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria, de acordo com a intenção da Administração em mantê-lo até seu vencimento ou vendê-lo antes dessa data:

- **Títulos disponíveis para a venda:** Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.
- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

**Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**  
As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja sempre até o exercício. A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

**Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos**  
As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**d. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**  
As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencendo superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.  
As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.  
As operações de crédito controladas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma decrescente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.  
As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.  
Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.  
As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

**e. Outros ativos**  
Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros.  
**f. Investimentos**  
Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.  
Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

**g. Ativo imobilizado**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

Equipamentos de informática	Taxa - %
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	20%
Sistema de transporte	10%
	20%

**h. Ativo intangível**  
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	Taxa - %
	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.  
**i. Outros ativos e passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).  
**j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)**  
É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

**k. Ativos e passivos contingentes**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.428/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.  
**• Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que comprovem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.  
**• Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.  
**• Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.  
**• Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.  
**• Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

**l. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido**  
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.  
A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

**Impostos diferidos**  
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.  
Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.  
Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.  
**m. Resultado recorrente e não recorrente**  
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o prejuízo líquido do Banco no exercício de 2022 no montante de R\$ 11.314 (lucro líquido de R\$ 10.526 no exercício de 2021), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

**n. Eventos subsequentes**  
Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras individuais é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras individuais e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.  
**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2022	2021
Depósitos bancários	9	8
Reservas livres	3.472	1.197
Disponibilidades em moeda estrangeira	72	56
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>3.553</b>	<b>1.261</b>
<b>Operações compromissadas - Posição bancada</b>	<b>91.199</b>	<b>79.097</b>
Letras Financeiras do Tesouro	91.199	79.097
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>94.742</b>	<b>80.358</b>

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	2022		2021	
	Tx.	Curto Prazo	Tx.	Curto Prazo
Microcrédito	0,9999% a.a.	401	-	-
DI (pos)	100,00% CDI	18.372	-	-
DI (pré)	13,65% a.a.	91.199	9,15% a.a.	79.097
<b>Total</b>		<b>109.972</b>		<b>79.097</b>

**5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos**  
**a. Títulos e valores mobiliários - Carteira própria**

	2022		2021	
	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	
<b>Disponível para venda</b>				
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2023 a 01/03/2026	34.189	34.171	18
Certificado de recebíveis imobiliários	13/05/2038	4.212	4.645	(433)
<b>Total</b>		<b>38.401</b>	<b>38.816</b>	<b>(415)</b>
<b>Disponível para venda</b>				
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/09/2022 a 01/03/2026	32.712	32.844	(132)
Debêntures	21/09/2022 a 15/11/2022	1.303	1.303	-
Certificado de recebíveis imobiliários	13/05/2038	10.862	11.664	(802)
<b>Total</b>		<b>44.877</b>	<b>45.811</b>	<b>(934)</b>

**b. Títulos e valores mobiliários – Valores vinculados a operações compromissadas**

	2021		2021	
	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	
Debentures	17/01/2022 a 27/01/2022	1.292	1.292	-

**c. Títulos e valores mobiliários – Valores em garantia de operações – mantido até o vencimento**

	2022		2021	
	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/03/2023 a 01/03/2026	1.109	1.108	1

**d. Instrumentos financeiros derivativos**  
A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swap", envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos (corrigidos pelo CDI), conforme demonstrada a seguir:

	2022		2021	
	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	
<b>Posição ativa</b>				
IPCAs	17/08/2024	30.000	32.141	3.141
IPCAs	16/08/2025	20.000	21.427	2.381
Pré-Fixada	01/07/2022	50.000	-	55.489
<b>Total</b>		<b>100.000</b>	<b>53.568</b>	<b>5.421</b>

**6 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**  
**a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:**

	2022		2021	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Cheque Especial	1	0,00%	-	-
Crédito pessoal e CDC	242	0,03%	2.130	0,34%
Crédito pessoal consignado	327.369	40,85%	332.109	52,59%
Capital de giro	601	0,08%	1.131	0,18%
Cartão de crédito	15.161	1,89%	5.924	0,94%
Empréstimos com garantia	438.150	54,68%	255.944	40,53%
Outros	-	-	166	0,03%
Financ. imob. empreend - aquisição	1.906	0,24%	1.990	0,32%
Financ. imob. resid. - aquisição	17.866	2,23%	28.399	4,50%
Financ. imob. resid. - construção	-	-	3.676	0,58%
<b>Total</b>	<b>801.296</b>	<b>100,00%</b>	<b>631.469</b>	<b>100,00%</b>

**b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**  
**b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**

	2º Semestre/2022		2022		2021	
	Saldo inicial semestre/exercício	Constituição líquido de reversões	Saldo inicial semestre/exercício	Constituição líquido de reversões	Saldo inicial semestre/exercício	Constituição líquido de reversões
Saldo inicial semestre/exercício	(21.171)	(12.964)	(11.171)	(26.545)	(11.171)	(5.447)
Constituição líquido de reversões	9.003	9.003	12.361	12.361	9.934	9.934
Saldo final semestre/exercício	<b>(12.168)</b>	<b>(3.961)</b>	<b>(8.810)</b>	<b>(14.184)</b>	<b>(1.237)</b>	<b>(5.513)</b>

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo", no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 1.108 e R\$ 2.096, respectivamente (R\$ 1.314 em 2021).  
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco efetuou as seguintes operações:  
(i) refinanciadas, totalizaram R\$ 41.826 (R\$ 160.689 em 2021); e  
(ii) renegociadas totalizam o em R\$ 36.256 (R\$ 3.999 em 2021).  
Essas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.  
Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	2022		2021	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
A vencer	43.978	38.475	43.978	38.475
Até 3 meses	122.708	97.889	122.708	97.889
De 3 meses a 12 meses	349.268	202.365	349.268	202.365
De 1 a 3 anos	170.500	137.223	170.500	137.223
De 3 a 5 anos	92.291	145.549	92.291	145.549
De 5 a 15 anos	2.493	2.721	2.493	2.721
<b>Total a vencer</b>	<b>781.238</b>	<b>624.222</b>	<b>781.238</b>	<b>624.222</b>

Vencidos

	2022	2021
Vencidos	20.058	7.247
<b>Total</b>	<b>801.296</b>	<b>631.469</b>

**b.2 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating**  
O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

	Setor			2022			2021		
	Nível	Situação	% de Provisão	Comércio	Serviços	Pessoa Física	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	-	-	71.558	71.558	24.502	24.502	24.502
AA	Normal	0,50%	293	17.369	559.443	577.105	(2.886)	501.144	(2.506)
B	Normal	-	-	993	44.857	45.850	(459)	67.761	(678)
B	Vencido	1,00%	-	1.852	35.013	36.865	(369)	6.926	(69)
C	Normal	-	-	-	3.281	3.281	(98)	4.439	(133)
C	Vencido	3,00%	-	-	30.823	30.823	(925)	10.212	(306)
D	Normal	-	-	-	401	401	(40)	357	(36)
D	Vencido	10,00%	-	-	5.875	5.875	(588)	5.155	(515)
E	Normal	-	-	-	3	3	-	69	(21)
E	Vencido	30,00%	-	1.581	5.009	6.590	(1.977)	3.091	(927)
F	Normal	-	-	-	68	68	(34)	112	(56)
F	Vencido	50,00%	-	-	7.643	7.643	(3.822)	2.832	(1.416)
G	Normal	-	-	-	79	79	(55)	-	-
G	Vencido	70,00%	-	-	3.509	3.509	(2.456)	1.204	(843)
H	Normal	-	-	-	5	5	(5)	26	(26)
H	Vencido	100,00%	-	44	11.597	11.641	(11.641)	3.639	(3.639)
<b>Total</b>				<b>293</b>	<b>21.839</b>	<b>779.164</b>	<b>(801.296)</b>	<b>(25.355)</b>	<b>(631.469)</b>
Circulante									
Não Circulante									

**c. Cessão de crédito**  
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 562 (R\$ 133.863 em 2021). Estas operações auferiram, no semestre e exercício em questão, renda no montante de R\$ 172 e R\$ 396 respectivamente (R\$ 7.764 em 2021). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.  
Durante o exercício em epígrafe, o Banco alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, no montante de R\$ 6.518 (R\$ 167.774 em 2021). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

**7 Outros ativos financeiros**

	2022	2021
Circulante		
Dividendos e juros ao capital próprio a receber	864	4.040
Depósitos no Banco Central	205	-
Serviços prestados a receber	1.930	619
Outras rendas a receber	98	-
Adiantamentos e antecipações salariais	48	91
Impostos a recuperar (c)	2.889	3.779
Devedores diversos (b)	217	453
Valores a receber de sociedades ligadas	218	684
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	(5)	(152)
Títulos e créditos a receber (a)	19.539	19.942
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(1.000)	(1.04)
<b>Total</b>	<b>25.875</b>	<b>29.352</b>
Não circulante		
Devedores por depósitos em garantia	798	710
Títulos e créditos a receber (a)	433	327
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(413)	(327)
<b>Total</b>	<b>818</b>	<b>710</b>

(a) Os valores inscritos em "Títulos e Créditos a Receber", tanto no circulante como no não circulante, são representados em 31 de dezembro de 2022, basicamente por: (i) R\$ 99 saldos não repassados de órgãos públicos (R\$ 99 em 2022); (ii) R\$ 248 são referentes a valores sem características de concessão de crédito (R\$ 248 em 2021) este valor encontra-se provisionado para sua perda em sua totalidade por se tratarem de negociações com lojas, que estão mantidos em processo de cobrança e (iii) R\$ 19.539 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari (R\$ 19.921 em 2021), do qual está constituído provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 100 (R\$ 104 em 2021).  
(b) Os valores inscritos em "devedores diversos" estão representados por: (i) valores relativos a portabilidade no montante de R\$ 10 (R\$ 4 em 2021); (ii) carga de pagamento BariCard a processar no montante de R\$ 0 (R\$ 339 em 2021) (iii) valores em contestação BariCard em R\$ 37 (60 em 2021); (iv) operações a regularizar no próximo dia útil relacionado ao pix, no valor de R\$ 0 (R\$ 46 em 2021), (v) custas de consolidação de imóveis no valor de R\$ 148 (não há saldos comparativos no exercício findo em dezembro de 2021) e (vi) demais pulverizados que somam o valor de R\$ 21 (R\$ 3 de 2021).  
(c) Referem-se a valores de antecipações de IRPJ e CSLL ocorridas durante o exercício de 2021 e 2022, que serão recuperadas em exercícios futuros.

**8 Outros ativos**

	2022	2021
Circulante		
Despesas antecipadas – assinatura de periódicos		

Em dezembro de 2022 e 2021, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificados como provável.

**d. Passivos Contingentes**

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 31 de dezembro de 2022, os processos de natureza cível classificados como possíveis totalizaram R\$ 4.501 (R\$ 1.003 em 2021).

O Banco possui processos de natureza trabalhista classificados como risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 0 (R\$ 7 em 2021). Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

**17 Patrimônio líquido**

**a. Capital Social**

O valor do capital social é R\$ 100.000 (R\$ 82.000 em 2021), sendo R\$ 98.000 em ações ordinárias e nominativas e R\$ 2.000 em ações preferenciais nominativas.

Em 31 de maio de 2022, os acionistas deliberaram um aumento de capital, com a capitalização de dividendos e juros sobre o capital próprio de exercícios anteriores no montante de R\$ 4.800, com emissão de 4.704.000 ações ordinárias e nominativas e 96.000 ações preferenciais nominativas. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 16 de agosto de 2022.

Em 20 de setembro de 2022, os acionistas deliberaram um aumento de capital, integralizados em moeda corrente, no montante de R\$ 13.200, com emissão de 12.936.002 ações ordinárias e nominativas e 264.998 ações preferenciais nominativas. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 6 de outubro de 2022.

Acionistas	Participação %	Total ações
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,4751%	35.475.510
Ivo Luiz Roveda	24,1869%	24.186.900
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,6000%	19.600.000
Enio Fomea Junior	11,7635%	11.763.500
Antonio Bordin Neto	6,9745%	6.974.500
Evaldo Leandro Perussolo	2,0000%	2.000.000
Total	100,0000%	100.000.000

**b. Reserva legal**

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

**c. Reserva estatutária**

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação Dividendos e JCP a pagar	Vir. Prov.	Vir. IRRF	Vir. Liq. Pagar anteriores	Valor pago em períodos de exercício corrente	Residual a pagar	Data Pagto parcial em 16/05/2019, 12/01/2021 e 30/04/2021, 31/05/2022	Deliberado por
Juros sobre capital próprio - JCP - 2019	5.040	(756)	4.284	(3.018)	(1.192)	37	24º AGO 30/04/2020
Juros sobre capital próprio - JCP - Junho 2021	2.800	(420)	2.380	-	(2.380)	-	27º AGO 29/04/2022
Dividendos propostos em junho 2021	1.228	-	1.228	-	(1.228)	-	27º AGO 29/04/2022
Total				(4.800)		37	

**d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios**

	2022	2021
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)		
Juro (prejuízo) líquido do exercício	(11.314)	10.526
Reserva legal (5%)	-	(666)
Juros sobre o capital próprio (JCP)	-	(2.800)

Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios  
Dividendos mínimos obrigatórios (25% conforme estatuto social)

**18 Transações entre partes relacionadas**

	2022			2021		
	Direitos / (obrigações)	Re- ceitas	(Des- pesas)	Direitos / (obrigações)	Re- ceitas	(Des- pesas)
<b>Pessoas físicas</b>						
LC, LCI e CDB (a)	(100.514)	-	(10.180)	(93.101)	-	(3.961)
Depósitos a vista	(318)	-	-	-	-	-
Operações de crédito	145	-	-	295	-	-
Saldos em conta pagamento	-	-	-	(328)	-	-
Remuneração administradores	-	-	(936)	-	-	(737)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(24)	-	-	(3.121)	-	-
<b>Controladas (a)</b>						
Serviços prestados	1.930	40	(91)	-	26	-
Aplicação Interfinanceira	18.372	1.326	-	-	-	(102)
Utilização de Estrutura Compartilhada	215	3.349	-	371	-	3.301
Saldo em conta pagamento	-	-	-	(71)	-	-
Dividendos e JCP	957	-	-	4.040	-	-
Reembolso	-	-	-	269	-	-
LC e CDB (a)	(3.229)	-	(634)	(6.270)	-	(369)
Depósitos a vista	-	-	-	-	-	-

Informações adicionais:  
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, Bari Securitizadora S.A., através dos patrimônios em separado, para emissão de CRI no montante de R\$ 6.518 (R\$167.774 em 2021). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.  
As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.  
(\*) São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas: (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A., (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Bariú Valucios Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Bari Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fomea & Cia Ltda.; (x) Espaço Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambahy Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Bariú; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda.; (xvii) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda.; (xviii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda.; (xix) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda.; (xx) EZN Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.; e (xxi) DI Documentação Imobiliária Ltda.  
(a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A., Bari Gestão de Recursos Ltda.  
(c) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.  
(d) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

**a. Política de remuneração**

O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Os membros da diretoria executiva tem remuneração de natureza fixa e variável. O valor no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está representado por R\$ 480 e R\$ 966 respectivamente (R\$ 1.178 em 2021).

**19 Rendas de prestação de serviços**

	2º Semestre/2022	2022	2021
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	719	2.203	3.339
Rendias de comissão de colocação de títulos	2.372	4.571	8.053
Utilização de canais de atendimento prioritário	-	-	25
Rendas de outros serviços	1.645	3.577	1.988
Total	4.736	10.351	13.407

**20 Despesas tributárias**

	2º Semestre/2022	2022	2021
Despesa de PIS	(207)	(386)	(466)
Despesa de COFINS	(1.274)	(2.378)	(2.865)
Despesas de ISS	(118)	(289)	(331)
Outros	(60)	(247)	(286)
Total	(1.659)	(3.300)	(3.960)

**21 Outras despesas administrativas**

	2º Semestre/2022	2022	2021
Despesas com serviços terceirizados (a)	(13.875)	(28.660)	(37.113)
Despesas de processamento de dados	(6.932)	(15.156)	(13.017)
Despesa com serv. téc. Especializados	(2.169)	(6.433)	(7.056)
Despesas com propaganda e publicidade	(3.287)	(9.676)	(16.789)
Despesas com amortização/depreciação	(6.593)	(11.818)	(6.393)
Despesas de comunicação	(1.489)	(3.303)	(3.455)
Despesas serviço sistema financeiro	(943)	(2.432)	(2.350)
Despesas de aluguel comercial	(136)	(308)	(453)
Despesas judiciais e cartório	(132)	(336)	(404)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(1.388)	(3.409)	(3.812)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(181)	(415)	(415)
Despesas com viagens	(146)	(240)	(212)
Despesas com acordo judicial	(36)	(59)	(225)
Despesas de seguros	(20)	(38)	(50)
Despesa de transporte	(23)	(81)	(69)
Outras despesas	(231)	(459)	(658)
Total	(37.581)	(82.823)	(92.471)

(a) Refere-se principalmente à:  
(i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 correspondem ao valor de R\$ 6.710 e R\$ 12.162 respectivamente (R\$ 17.617 em 2021).  
(ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, correspondem a R\$ 1.056 e R\$ 2.067 respectivamente (R\$ 990 em 2021).  
(iii) As despesas incorridas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relativas a custos de repasse aos órgãos públicos, montam os valores de R\$ 598 e R\$ 1.166 respectivamente (R\$ 936 em 2021).  
(iv) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, somam o valor R\$ 2.352 e R\$ 4.345 respectivamente (R\$ 5.418 em 2021).  
(v) As despesas relativas a assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital montam o valor de R\$ 2.744 e R\$ 6.843 respectivamente (R\$ 10.870 em 2021), e  
(x) Outras despesas pulverizadas, incorridas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, correspondem ao montante de R\$ 415 e R\$ 2.077 respectivamente (R\$ 1.282 em 2021).

**22 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)**

	2º Semestre/2022	2022	2021
<b>Impostos correntes</b>			
Provisão para imposto de renda	-	-	-
Provisão para contribuição social	-	-	-
Total	-	-	-
<b>Ativo fiscal diferido</b>			
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	3.241	17.551	18.879
Total imposto de renda e contribuição social	(1.025)	(1.925)	(1.469)
Total	2.216	16.526	17.410

**b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado**

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio	2º Semestre		
	2022	2022	2021
	(6.419)	(27.840)	(6.884)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% (i)	2.888	12.528	3.442

**Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:**

	2022	2021
Adições Permanentes	(9)	(12)
<b>Exclusões:</b>		
Equivalência	2.946	7.619
Juros sobre o capital próprio	-	-
Demais ajustes CSLL (5%) (ii)	-	-
Derivativos liquidados	(3.527)	(3.527)
Outros	(82)	(82)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	2.216	16.526
<b>Imposto de Renda e Contribuições Social - correntes</b>	3.241	17.551
<b>Imposto de Renda e Contribuições Social - Diferido</b>	(1.025)	(1.025)

(i) Aliquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 25% para a contribuição social para as empresas financeiras e equiparadas a partir de julho de 2021 até dezembro de 2021, de acordo com a Lei 14.183/2021.  
(ii) Conforme Lei 14.183/2021 a alíquota da CSLL a partir de julho de 2021, é de 25% (vinte e cinco por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022.

**c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Saldo inicial em 01/01/2022	Constituição	Reversão	Saldo final em 31/12/2022
<b>Imposto de renda</b>				
Prejuízo Fiscal	9.668	12.083	(2.414)	19.337
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.316	2.108	(374)	4.050
Provisão para contingências	58	86	(8)	136
Provisão MTM Swap	886	436	(2.680)	(1.358)
MTM Títulos e Valores Mobiliários	235	105	(236)	104
Outras provisões	318	158	(186)	290
<b>Créditos Tributários de IRPJ</b>	13.481	14.976	(5.899)	22.558
<b>Contribuição social</b>				
Prejuízo Fiscal	7.734	9.666	(1.932)	15.468
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.851	1.686	(300)	3.237
Provisão para contingências	47	69	(6)	110
Provisão MTM Swap	709	348	(2.144)	(1.087)
MTM Títulos e Valores Mobiliários	188	84	(189)	83
Outras provisões	255	126	(148)	233
<b>Créditos Tributários de CSLL</b>	10.784	11.979	(4.719)	18.045
<b>Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL</b>	24.265	26.955	(10.617)	40.603
<b>Total de créditos tributários Ativo Diferido</b>				43.049
Total de créditos tributários Passivo Diferido				(2.494)

	Saldo inicial em 01/01/2021	Constituição	Reversão	Saldo final em 31/12/2021
<b>Imposto de renda</b>				
Prejuízo Fiscal	-	9.668	-	9.668
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.548	1.598	(830)	2.316
Provisão para contingências	59	16	(27)	48
Provisão MTM Swap	1.702	2.211	(3.027)	886
MTM Títulos e Valores Mobiliários	-	400	(215)	185
Outras provisões	255	140	(77)	318
<b>Créditos Tributários de IRPJ</b>	3.574	14.033	(4.126)	13.481
<b>Contribuição social</b>				
Prejuízo Fiscal	-	7.734	-	7.734
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.237	1.260	(646)	1.851
Provisão para contingências	55	10	(18)	47
Provisão MTM Swap	1.362	1.618	(2.271)	709
MTM Títulos e Valores Mobiliários	-	320	(132)	188
Outras provisões	204	101	(50)	255
<b>Créditos Tributários de CSLL</b>	2.858	11.043	(3.117)	10.784
<b>Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL</b>	6.432	25.076	(7.243)	24.265

As diferenças temporárias relativas às: (i) provisões para contingências pela sua natureza, espera-se que seja realizado até o encerramento do exercício de 2025; (ii) Provisão para desvalorização de ativos não financeiros, classificado em outras provisões, tem sua expectativa de realização ao final do exercício de 2025; (iii) Outros ativos sem característica de concessão de crédito, classificado em outras provisões, tem expectativa de realização ao encerramento do exercício de 2024 e 2025, respectivamente; (iv) Marcação a Mercado para derivativos (passivos diferidos), as realizações ocorrerão em junho/2024 e junho/2025, de acordo com os vencimentos dos respectivos contratos de SWAP; (v) Provisões para perdas sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, com expectativa de realização em sua totalidade até o exercício de 2025; (vi) Marcação a Mercado para Títulos e Valores mobiliários, com reflexo no Patrimônio Líquido, tem expectativa de realização na sua totalidade em 2025, de acordo com os vencimentos dos papéis com essa característica e; (vii) Prejuízo Fiscal está com expectativa de realização do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2022, sendo: (i) 15% para o exercício 2023, (ii) 35% para o exercício de 2024 e (iii) 50% para o exercício de 2025.  
Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em dezembro de 2022 tenham sua realização futura da seguinte forma:

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.  
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.  
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.  
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.  
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.  
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Aos Conselho de Administração e Diretores da Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.**  
Curitiba - PR

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, entre os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.  
**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BA0C-55D4-F3CD-7DF0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BA0C-55D4-F3CD-7DF0



### Hash do Documento

41C7A8B26E1C54D0EA013DD84C6B35707CCF9D3E4D67540160D22EE1046A1990

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 30/03/2023 09:30 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30





# BARI COMPANHIA HIPOTECÁRIA

CNPJ: 14.511.781/0001-93 - Avenida Sete de Setembro, 4781 Sobreloja Conj. 02 - Água Verde - Curitiba/PR

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
A Administração da Bari Companhia Hipotecária ("Hipotecária"), instituição financeira especializada em crédito imobiliário, em consonância com as disposições legais e estatutárias, e apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As suas atividades estão reguladas, prioritariamente, pelas Resoluções CMN nº 2.122/94, revogada pela Resolução CMN 4.985, de 17.02.2022, e nº 4676/2018, tendo como principal campo de negócio os créditos imobiliários, representados, em especial, por: a) financiamentos para aquisição de imóveis; b) compra de recebíveis imobiliários; e c) operações creditícias com lastros em bens imóveis ("home equity"), todos com vinculação mediante o instituto de alienação fiduciária.

A Hipotecária integra o Conglomerado Prudencial Bari, liderado pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., e suas operações/resultados constam do respectivo balanço consolidado, que envolve, além das duas entidades referenciadas acima, a Bari Securitizadora S.A., na forma da regulamentação em vigor. Esta última instituição se constituiu em parceira na emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), recebendo, via cessões, créditos originados nesta sociedade como lastros.

### Destaques Operacionais

Abaixo, informamos os saldos apurados de seus principais indicadores, de forma comparativa, com o exercício anterior, a demonstrar os ajustes realizados no período sob apreço:

Período	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Carteira (R\$ Mil)	295.981	346.303
PL (R\$ Mil)	60.441	84.921
Lucro (R\$ Mil)	15.306	24.884
LCI (R\$ Mil)	244.354	304.218

As reduções experimentadas na carteira de créditos e nas emissões de LCIs ficaram por conta, em especial, das transferências de operações realizadas para a Bari Securitizadora, com o objetivo de lastrear emissões de CRIs e, ainda, por efeito das liquidações antecipadas de contratos por parte de clientes, em movimento aculetar derivado do contexto econômico. Tais fatos, em consequência, encorparam valores disponíveis para novos negócios no âmbito da Hipotecária.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 6% do lucro líquido, conforme consta em cláusula do estatuto social. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios. Conforme a política de distribuição de dividendos, os créditos respectivos ocorrem somente no mês de dezembro. Os dividendos não obrigatórios são destinados, em consonância com o deliberado em assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por ata da próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio estão na nota explicativa 14.d.

### Contexto Econômico-Financeiro

O cenário recessivo apresentou sinais de arrefecimento no exercício, e a Hipotecária soube, ainda que de forma conservadora, administrar as dificuldades que ainda se apresentaram, atendendo pleitos dos clientes em renegociação de créditos, e adotando medidas mais seletivas nas novas operações. Concorreu para a liberação de novos créditos/financiamentos a automação do processo de concessão via recente esteira de crédito imobiliário, ao abrigo de sistema próprio lançado, denominado ESCNAINE, que trata e consolida informações para análise de propostas. Em adição, concluiu-se, atualmente, com a esteira de contratação de crédito mais ágil do mercado, responsável por redução em 27% do tempo médio de análise e deferimento, em comparativo com o ocorrido no ano anterior.

### Ambiente Digital

A Hipotecária também deu passos importantes na esfera digital, o que alavancou seus negócios, trazendo economias processuais e agilidade nos exames de propostas de concessões creditícias. O Conglomerado vem investindo em melhorias tecnológicas, agregando, paulatinamente, novos produtos à área digital, com o que se projeta alcançar outras categorias de clientes e obter maior volume de transações. Entre tais disponibilidades, citamos:

- Assinatura digital em novos empréstimos referentes a contratos amparados por linha de crédito, sem necessidade de ida a Cartório quando de liberações parceladas e a partir do segundo pleito ancorado;
- Débito automático em conta corrente Bari para parcelas de crédito imobiliário; e
- Visualização de parcelas e saldo devedor no aplicativo.

### Agradecimentos

Pelas razões antes expostas, agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e, em especial, ao corpo de colaboradores que nos ajudaram na trajetória positiva que logramos atingir.

Curitiba (PR), 29 de Março de 2023.  
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro  
Diretor Presidente

## Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira		29.723	75.338	103.362
Operações de crédito		28.273	71.389	101.776
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	1.450	3.949	1.586
Despesas da intermediação financeira		(12.203)	(32.854)	(39.638)
Operações de captação no mercado	9.d	(8.191)	(26.415)	(35.003)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.c	(4.012)	(6.439)	(4.635)
Resultado bruto da intermediação financeira		17.520	42.484	63.724
Outras receitas/despesas operacionais		(11.174)	(24.978)	(27.864)
Receita de prestação de serviços	16	247	1.159	1.796
Despesas de pessoal		(2.000)	(4.179)	(4.712)
Outras despesas administrativas	17	(9.455)	(21.060)	(22.265)
Despesas tributárias	18	(856)	(2.129)	(3.305)
Outras receitas operacionais		1.375	2.587	2.905
Outras despesas operacionais		(485)	(1.356)	(2.283)
Resultado operacional		6.346	17.506	35.860
Resultado antes da tributação sobre o lucro		6.346	17.506	35.860
Imposto de renda e contribuição social	19	1.568	(2.200)	(10.976)
Provisão para Imposto de renda		1.297	(1.766)	(7.769)
Provisão para Contribuição Social		438	(675)	(2.938)
Ativo fiscal diferido		(167)	241	(269)
Lucro Líquido		7.914	15.306	24.884
Quantidade de ações		45.000	45.000	45.000
Lucro ações		0,1759	0,3401	0,5530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do período		7.914	15.306	24.884
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		1	15	(11)
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		1	22	(16)
Imposto de renda e contribuição social		-	(7)	5
Resultado abrangente total		7.915	15.321	24.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do semestre / exercício		7.914	15.306	24.884
Atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações		92	223	196
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		4.012	6.439	4.635
Provisão (Reversão) para outros ativos financeiros		52	42	345
Provisão (Reversão) para outros ativos		(414)	208	(1.045)
Provisão (Reversão) para riscos cíveis		139	231	314
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		(1.735)	2.441	10.707
Imposto de renda e contribuição social - diferido		167	(241)	269
Participação dos empregados		43	43	337
(Aumento) / redução nos ativos operacionais:				
TVM e instrumentos financeiros derivativos		(789)	(1.395)	2.923
Operações de crédito		41.421	45.129	80.839
Outros ativos financeiros		(212)	(4.053)	(7.405)
Outros ativos		(2.503)	(2.532)	1.723
Aumento / (redução) nos passivos operacionais:				
Depósitos interfinanceiros		18.372	18.372	-
Recursos de letras de crédito imobiliário		(48.591)	(59.864)	(74.300)
Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes		(16)	(242)	246
Obrigações sociais e estatutárias		(43)	(224)	(171)
Obrigações fiscais e previdenciárias		(90)	6.970	(11.812)
Dívidas subordinadas		7.141	7.141	-
Outras obrigações		(10.582)	(10.701)	3.138
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(931)	(16.184)	(3.666)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais		13.467	7.109	32.067
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao imobilizado		-	-	(165)
Adições ao intangível		(13)	(13)	(81)
Baixa de intangível		-	1	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(13)	(12)	(246)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de juros sobre o capital próprio	14.d	(10.800)	(13.425)	-
Pagamento de dividendos	14.d	-	(30.000)	(2.906)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(10.800)	(43.425)	(2.906)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		2.654	(36.328)	29.061
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	4	7.000	45.982	29.067
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício	4	9.654	9.654	45.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		95.325	137.622	Circulante		185.297	105.431
Disponibilidades	4	64	883	Depósitos	9.a	18.372	-
Instrumentos financeiros		88.082	133.142	Depósitos interfinanceiros		18.372	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		22.212	56.312	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.b	163.768	80.345
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	9.590	45.099	Recursos de letras de imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares		163.768	80.345
Carteira própria	5.a	12.622	11.213	Outras obrigações		3.157	25.086
Operações de crédito	6	65.870	76.830	Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes		10	252
Operação para perda esperada associada ao risco de crédito	6.a.b	70.682	80.725	Sociais e estatutárias	10	224	4.030
Outros ativos financeiros	6.c	(4.812)	(3.895)	Fiscais e previdenciárias	11	561	7.334
Outros ativos financeiros	7	2.226	1.206	Diversas	12	2.362	13.470
Outros ativos		2.277	1.223	Não circulante		94.915	230.423
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(51)	(17)	Exigível a longo prazo		94.915	230.423
Outros ativos	8	4.953	2.391	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.b	80.586	223.873
Outros ativos		5.549	2.542	Recursos de letras de imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares		80.586	223.873
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(596)	(151)	Dívida subordinada	9.c	7.188	-
Não circulante		245.328	283.153	Letras financeiras subordinadas		7.188	-
Realizável a longo prazo		244.392	282.006	Outras obrigações		7.141	6.550
Operações de crédito	6	218.044	258.652	Diversas	12	7.141	6.550
Operação de crédito - Setor privado	6.a.b	225.299	265.578	Patrimônio Líquido	14	60.441	84.921
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.c	(7.255)	(6.926)	Capital			
Créditos tributários	18.c	6.287	6.051	De Domiciliados no país	14.a	45.000	45.000
Outros ativos financeiros	7	1.543	73	Reservas de lucros	14.b.c	15.437	39.932
Outros ativos financeiros		1.573	103	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		4	(11)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	8	(30)	(30)	Total do passivo		340.653	420.775
Outros ativos		18.518	17.320				
Outros ativos		19.092	18.041				
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(574)	(611)				
Permanente		936	1.147				
Imobilizado de uso		310	405				
Outras imobilizações de uso		722	722				
(Depreciações acumuladas)		(412)	(317)				
Intangível		626	742				
Ativos intangíveis		942	1.019				
(Amortização acumulada)		(316)	(277)				
Total do ativo		340.653	420.775	Total do passivo		340.653	420.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021		31.700	-	3.469	29.191	(2)	-	64.358
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(9)	-	(9)
Aumento de capital		-	13.300	-	(13.300)	-	-	-
Homologação do Aumento de capital		13.300	(13.300)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	24.884	24.884
Destinações:								
Constituição de reserva legal	14.e	-	-	1.399	-	-	(1.399)	-
Constituição de reserva especial de lucros	14.e	-	-	-	19.173	-	(19.173)	-
Dividendos propostos	14.e	-	-	-	-	-	(1.224)	-
Distribuição de Juros sobre capital próprio	14.d	-	-	-	-	-	(3.088)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		45.000	-	4.868	35.063	(11)	-	84.921
Mutações do período		(13.300)	-	(1.399)	(5.873)	9	-	(20.565)
Saldos em 01 de julho de 2022		45.000	-	5.238	12.888	3	-	63.128
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	1	-	1
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	7.914	7.914
Destinações:								
Constituição de reserva legal	14.e	-	-	396	-	-	(396)	-
Constituição de reserva especial de lucros	14.e	-	-	-	3.910	-	(3.910)	-
Juros sobre o capital próprio de exercícios anteriores	14.d	-	-	-	(6.995)	-	(6.995)	-
Dividendos propostos	14.d	-	-	-	-	-	197	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	14.d	-	-	-	-	-	(3.805)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		45.000	-	5.634	9.803	4	-	80.441
Mutações do período		-	-	396	(3.505)	1	-	(3.108)
Saldos em 01 de janeiro de 2022		45.000	-	4.868	35.063	(11)	-	84.921
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	15	-	15
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	15.306	15.306
Destinações:								
Constituição de reserva legal	14.e	-	-	766	-	-	(766)	-
Constituição de reserva especial de lucros	14.e	-	-	-	10.511	-	(10.511)	-
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	14.d	-	-	-	(28.776)	-	(28.776)	-
Juros sobre o capital próprio de exercícios anteriores	14.d	-	-	-	(6.995)	-	(6.995)	-
Dividendos propostos	14.d	-	-	-	-	-	(224)	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	14.e	-	-	-	-	-	(3.805)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		45.000	-	5.634	9.803	4	-	80.441
Mutações do período		-	-	766	(25.680)	15	-	(24.899)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional**  
A Bari Companhia Hipotecária ("Companhia"), controlada pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (99%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012. Está localizada na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.

**2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras**  
**a. Base de elaboração das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Companhia aguarda um detalhamento maior por parte do regulador com as alterações necessárias para sua implementação e assim concluir a avaliação dos impactos da sua adoção.

O projeto de implementação do normativo sob lição foi estruturado em várias etapas, algumas das quais já foram concluídas, outras estão em andamento e também há fases a serem iniciadas:

- Etapas já concluídas:
  - 1) Mapeamento das Áreas envolvidas;
  - 2) Identificação dos processos impactados;
  - 3) Reunião com os provedores de software;
  - 4) Entrega e aprovação do plano de implementação junto ao Conselho de Administração.
- Etapas em andamento:
  - 1) Acompanhamento de reuniões sobre este normativo junto a entidade de classe (ABBC) e ao Bacen;
  - 2) Follow up dos trabalhos junto aos provedores de software.
- Etapas que serão iniciadas:
  - 1) Homologação dos softwares;
  - 2) Parametrização dos softwares;
  - 3) Apresentação do estudo de impacto nas Demonstrações Financeiras;
  - 4) Conclusão do projeto.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 202

que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

#### j. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

#### k. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

#### l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• **Passivos contingentes** - São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• **Provisões** - São reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

• **Obrigações legais** - Fiscais e previdenciárias - Referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

• **Depósitos judiciais** - São mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

#### m. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável, conforme legislação em vigor.

#### Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financiera espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

#### n. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Companhia assume-se que o lucro líquido da Companhia no semestre e exercício de 2022, no montante de R\$ 7.914 e R\$ 15.306 respectivamente (R\$ 8.208 e R\$ 24.884 em 2021), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

#### o. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre à data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	13	12
Depósitos bancários	51	871
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>64</b>	<b>883</b>
<b>Operações compromissadas - Posição bancada</b>	<b>9.590</b>	<b>45.099</b>
Letras do Tesouro Nacional	9.590	45.099
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>9.654</b>	<b>45.982</b>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	2022	2021
DI (pré)	13,65% a.a.	9,15% a.a.
<b>Total</b>	<b>9.590</b>	<b>45.099</b>

#### 5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

##### a. Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda

	2022	2021		
Ven-				
cimento				
Valor de				
mercado				
Valor de				
curva				
Ajuste a valor				
de mercado				
Letra Financeira do Tesouro (a.1)	01/09/2023	12.622	12.616	6
<b>Total</b>		<b>12.622</b>	<b>12.616</b>	<b>6</b>

	2022	2021		
Ven-				
cimento				
Valor de				
mercado				
Valor de				
curva				
Ajuste a valor				
de mercado				
Letra Financeira do Tesouro (a.1)	01/03/2023	11.213	11.229	(16)
<b>Total</b>		<b>11.213</b>	<b>11.229</b>	<b>(16)</b>

(a.1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

##### b. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2ºsem/2022	2022	2021
Rendimentos de aplicações interfinanceiras de liquidez	947	3.170	2.111
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	503	779	(525)
<b>Total</b>	<b>1.450</b>	<b>3.949</b>	<b>1.586</b>

#### 6 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

##### a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação

	2022	2021		
Carteira				
tribuição				
Dis-				
tribuição				
Financ. Imob. não Resid. Aquisição	13.084	4,42%	25.782	7,45%
Financ. Imob. Resid. Reforma e Ampliação	1.129	0,38%	2.805	0,81%
Financ. Imob. Resid. Aquisição	45.708	15,44%	63.142	18,23%
Empréstimo com garantia imobiliária	236.060	79,76%	254.573	73,51%
<b>Total</b>	<b>295.981</b>	<b>100,00%</b>	<b>346.303</b>	<b>100,00%</b>
Circulante	70.682		80.725	
Não Circulante	225.299		265.578	

Os imóveis financiados são alienados fiduciariamente em favor da Companhia.

##### b. Prazo de realização das parcelas

	2022	2021
A vencer		
Até 3 meses	16.872	19.069
De 3 meses a 12 meses	48.375	56.031
De 1 a 3 anos	127.404	155.243
De 3 a 5 anos	56.787	53.238
De 5 a 15 anos	39.193	55.975
Acima de 15 anos	1.915	1.122
<b>Total a vencer</b>	<b>290.546</b>	<b>340.678</b>
Vencidos	5.435	5.625
<b>Total</b>	<b>295.981</b>	<b>346.303</b>

	2022	2021
Circulante	70.682	80.725
Não Circulante	225.299	265.578

#### c. Provisão para perdas em operações de crédito

##### Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito

	2º Sem/2022	2022	2021
Saldo no início do período/exercício	(11.281)	(10.821)	(10.620)
Constituição líquido de reversões	(4.012)	(6.439)	(4.635)
Créditos baixados para prejuízo	3.226	5.193	4.434
<b>Saldo final do período / exercício</b>	<b>(12.067)</b>	<b>(12.067)</b>	<b>(10.821)</b>
Circulante	(4.812)	(4.812)	(3.895)
Não Circulante	(7.255)	(7.255)	(6.926)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo", no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 4.129 e R\$ 6.957 respectivamente (R\$ 8.667 em 2021).

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, as operações de crédito refinanciadas totalizaram R\$ 8.695 e R\$ 10.327, respectivamente (R\$ 33.802 em 2021) e as operações renegociadas totalizaram R\$ 6.542 e R\$ 6.573, respectivamente (não houveram renegociações em 2021). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d. Composição da carteira e provisão para perdas em operações de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

	Setor		Exercício 2022		Exercício 2021	
Nível	Situação	% de Provisão	Co-mercio	Ser- viços	Pessoa Física	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	2.202	26.670	28.872	13.451
A	Normal	0,50%	7.285	26.570	131.827	165.682
	Normal		10	2.314	16.173	18.497
B	Vencido	1,00%	1.442	2.454	27.293	31.189
	Normal		-	-	3.997	3.997
C	Vencido	3,00%	1.804	1.429	27.638	30.871
	Normal		-	-	11	11
D	Vencido	10,00%	-	-	4.914	4.914
	Normal		-	-	-	-
E	Vencido	30,00%	-	-	2.175	2.175
	Normal		-	-	-	-
F	Vencido	50,00%	-	-	1.592	1.592
	Normal		-	-	-	-
G	Vencido	70,00%	-	-	1.422	1.422
	Normal		-	-	-	-
H	Vencido	100,00%	-	-	6.759	6.759
<b>Total</b>			<b>10.541</b>	<b>34.969</b>	<b>250.471</b>	<b>295.981</b>
Circulante			70.682	(4.812)	97.547	80.725
Não Circulante			225.299	(7.255)	334.029	265.578

#### e. Cessão de crédito

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, no montante de R\$ 12.525 (R\$ 8.581 em 2021). Para o saldo da carteira oriunda deste tipo de negociação, para o semestre e exercício em questão, a Companhia auferiu renda no montante de R\$ 2.034 e R\$ 4.385 respectivamente (R\$ 9.102 no exercício de 2021). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia alienou parte da carteira de crédito por intermediação e estruturação pela parte relacionada, Bari Securitizadora S/A, através do patrimônio separado, para emissão de CRI no montante de R\$ 48.105 e R\$ 75.612 respectivamente, (R\$ 25.006 em 2021). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, e também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

#### 7 Outros ativos financeiros

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Adiantamentos e antecipações salariais	36	154
Impostos a compensar	170	88
Devedores para compra de valores e bens (a)	1.719	672
Devedores diversos (b)	360	309
Prêmio ou (-) Desconto em operações de crédito	(8)	-
Provisão para perda esperada associada ao risco e crédito	(51)	(17)
<b>Total</b>	<b>2.226</b>	<b>1.206</b>

#### Não circulante

Devedores por depósito em garantia	175	73
Devedores para compra de valores e bens (a)	1.368	-
Títulos sem características de concessão de crédito (c)	30	30
Provisão para perda esperada associada ao risco e crédito	(30)	(30)
<b>Total</b>	<b>1.543</b>	<b>73</b>

(a) Referem-se a valores de venda de imóveis, arrematados através de leilão e/ou negociações próprias de forma parcelada no montante de R\$ 3.087 (R\$ 672 em 2021).

(b) Os valores inscritos em "Devedores diversos" estão representados por:

(1) Valores relativos a baixa de parcelas pendentes, que serão recebidas no dia útil seguinte no montante de R\$ 4 (R\$ 212 em 2021); e

(2) R\$ 356 Referente a valores a ressarcir de pagamentos de custas e emolumentos para a retomada de imóveis (R\$ 97 em 2021).

(c) R\$ 30 refere-se a operação não reconhecida pela contraparte (R\$ 30 em 2021). A administração considerou provisão para perda na sua totalidade. A redução do saldo apresentado em 2022 foi em virtude de recuperação do ativo provisionado.

#### 8 Outros ativos

a. O saldo do subgrupo "Outros valores e bens" está composto por bens não de uso e despesas antecipadas conforme segue:

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Despesas antecipadas - Seguros	1	1
Despesas antecipadas - Serviços de terceiros	48	79
Ativos não financeiros recebidos	5.500	2.462
(-) redução ao valor recuperável	(596)	(151)
<b>Total</b>	<b>4.953</b>	<b>2.391</b>

#### Não circulante

Ativos não financeiros recebidos	19.092	18.041
(-) redução ao valor recuperável	(574)	(811)
<b>Total</b>	<b>18.518</b>	<b>17.230</b>

Os critérios de classificação dos ativos não financeiros recebidos, para curto e longo prazo, são através de identificação da impossibilidade de venda do bem, seja por liminar judicial ou imóvel ocupado.

b. Movimentação de Ativos não financeiros recebidos, líquido do valor recuperável

	2º Sem/2022	2022	2021
Saldo inicial	22.401	19.541	12.560
Retomadas no período	7.073	16.013	18.304
Vendas no período	(7.102)	(13.205)	(10.599)
Resultado na venda	453	892	1.296
Sobejo	182	388	300
(Constituição)/reversão provisão	415	(207)	272
<b>Saldo final</b>	<b>23.422</b>	<b>23.422</b>	<b>19.541</b>

Os critérios de classificação dos ativos não financeiros recebidos, para curto e longo prazo, são através de identificação da impossibilidade de venda do bem, seja por liminar judicial ou imóvel ocupado.

b. Movimentação de Ativos não financeiros recebidos, líquido do valor recuperável

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>22.401</b>	<b>19.541</b>
Retomadas no período	7.073	16.013
Vendas no período	(7.102)	(13.205)
Resultado na venda	453	892
Sobejo	182	388
(Constituição)/reversão provisão	415	(207)
<b>Saldo final</b>	<b>23.422</b>	<b>23.422</b>

Os critérios de classificação dos ativos não financeiros recebidos, para curto e longo prazo, são através de identificação da impossibilidade de venda do bem, seja por liminar judicial ou imóvel ocupado.

b. Movimentação de Ativos não financeiros recebidos, líquido do valor recuperável

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>22.401</b>	<b>19.541</b>
Retomadas no período	7.073	16.013
Vendas no período	(7.102)	(13.205)
Resultado na venda	453	892
Sobejo	182	388
(Constituição)/reversão provisão	415	(207)
<b>Saldo final</b>	<b>23.422</b>	<b>23.422</b>

Os critérios de classificação dos ativos não financeiros recebidos, para curto e longo prazo, são através de identificação da impossibilidade de venda do bem, seja por liminar judicial ou imóvel ocupado.

b. Movimentação de Ativos não financeiros recebidos, líquido do valor recuperável

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>22.401</b>	<b>19.541</b>
Retomadas no período		

em agosto de 2024, de acordo com o vencimento do título; (iii) Outras provisões, composta por provisões para desvalorização de ativos não financeiros, têm previsibilidade de realização de 52% do saldo ainda em 2023 e 46% em 2024, e o residual em 2025; e (iv) provisões sobre as operações de crédito e títulos com características de concessão de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, tem expectativa de realização, 57% do valor ainda em 2023 e 43% até 2025.

	2023	2024	2025	Total
<b>Crédito Tributário de Imposto de Renda</b>				
Diferenças Temporárias	2.612	631	1.379	<b>4.622</b>
Valor Presente	2.290	485	930	<b>3.705</b>
<b>Créditos Tributários de Contribuição Social</b>				
Diferenças Temporárias	940	227	496	<b>1.663</b>
Valor Presente	824	175	335	<b>1.334</b>

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de captação anual de 102,88% do CDI.

**20 Estrutura de gerenciamento de riscos**

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas no Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"). Líder do conglomerado Financeiro Barigui e controladora da Bari Companhia Hipotecária. Assim, as disposições próprias são aplicáveis às duas entidades acima citadas.

A seguir, os principais fatores da Companhia dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

**(i) Risco de crédito**

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do conglomerado envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou renegociação.

**(ii) Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no conglomerado, a área de Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são

apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração. Insere-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem Padronizada Alternativa.

**(iii) Gestão de Continuidade de Negócio**

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do conglomerado e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Planos de Continuidade de Negócios (PCN) e anualmente são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo, nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

**(iv) Risco de mercado**

O gerenciamento de risco de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional.

Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas do conglomerado com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o conglomerado emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

**(v) Risco de liquidez**

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade do conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para seu ajuste, incluindo a realização de swaps.

O conglomerado conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

**(vi) Risco de gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo conglomerado para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrencia no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, o conglomerado realiza testes de estresse (análise de

sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

**(vii) Risco socioambiental**

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc...) e, também, responsabilidade socioambiental nos negócios e produtos ofertados pelo conglomerado, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados no Banco apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

"O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas."

**21 Outras informações**

**a. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia) conglomerado**

A Companhia detém capital social de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/04, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para alavancar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., com 99% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este Índice de Basileia, em dezembro de 2022, foi de 12,62% e está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras do seu controlador, Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

***	
<b>Diretoria</b>	
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro Diretor Presidente	Evaldo Leandro Perussolo Diretor Superintendente
Mateus Vargas Fogaça Diretor Executivo	Eduardo Zagonel Neves Diretor Executivo
<b>Responsável Técnica</b>	
Cristiane Aparecida Damrat Contadora CRC PR 063986/O-2	

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Aos Acionistas e Diretores da**

**Bari Companhia Hipotecária**

Curitiba - PR

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Bari Companhia Hipotecária ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bari Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de março de 2023

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/O-6 F-PR  
Mark Suda Yamashita  
Contador CRC SP-271754/O-9

# Faça suas publicações legais no DI&C.

## A transparência é total e a cobertura é perfeita.

Um jornal com a tradição de 46 anos de circulação, é muito mais adequado para suas publicações legais. **Atas, editais, balanços, seja o material que for, você pode contar com a agilidade e a frequência de nossas páginas.**

- TRADIÇÃO NA PUBLICIDADE LEGAL
- CLASSE EMPRESARIAL E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O DI&C
- 46 ANOS DE CREDIBILIDADE EDITORIAL
- EDIÇÕES IMPRESSAS DE 2ª À 6ª FEIRA
- PORTAL DE PUBLICAÇÕES NO SITE [www.diarioinduscom.com.br](http://www.diarioinduscom.com.br)

**ENTRE EM CONTATO**  
**(41) 3333-9800 ou E-MAIL [publegal@induscom.com.br](mailto:publegal@induscom.com.br)**



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E1FE-6F80-D70E-E79A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E1FE-6F80-D70E-E79A



### Hash do Documento

5AD48D5BE71E84C1B10C9AFBBDBDE2F033E85EB02F6C30C69B1D71386CC5F9F0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 30/03/2023 09:37 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30

